

EDITORIAL

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (PPGDR-UNISC) comemora, neste ano de 2014, vinte anos de existência. A criação do Programa, em 1994, não somente atendeu ao compromisso histórico da Universidade de Santa Cruz do Sul com o desenvolvimento regional, mas, também, aos desafios (teóricos e políticos) decorrentes das transformações que ocorriam na sociedade brasileira já a partir dos anos 1980: ao mesmo tempo em que o processo de democratização impulsionava a discussão sobre novos formatos de controle social sobre o Estado, numa perspectiva de democratização, de descentralização e de maior importância dos espaços locais e regionais, um processo de reestruturação no padrão de desenvolvimento capitalista no País fragilizava os aparatos institucionais voltados ao desenvolvimento regional, agravava um quadro histórico de desequilíbrio entre os níveis de desenvolvimento inter e intra-regional e, inclusive, impulsionava estratégias subnacionais de “inserção competitiva” no processo de mundialização do capital. Naquele contexto histórico, a Universidade de Santa Cruz do Sul assumiu o desafio de criar o primeiro Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional no Brasil.

Ao longo desses vinte anos de existência, o PPGDR-UNISC mantém seu compromisso com a construção de conhecimentos, com a reflexão teórico-metodológica, com a socialização de conhecimentos, com a discussão e intervenção sociopolíticas, visando o desenvolvimento regional. A natureza deste texto não permite, evidentemente, que os resultados que temos alcançado, sejam elencados. Contudo, vale registrar que, desde a criação do Mestrado, em 1994, já são 317 dissertações defendidas; desde a criação do Doutorado, em 2002, são 53 teses defendidas; que nossos professores e estudantes, através de suas pesquisas, mas, também, através de suas atuações sociopolíticas, têm contribuído permanentemente no debate e na implementação de políticas públicas de desenvolvimento regional, em especial no Rio Grande do Sul; que, como resultado de nosso interesse em fomentar o debate sobre o desenvolvimento regional, desde 1996 realizamos (até 2002 com periodicidade anual e a partir de então com periodicidade bianual) o “Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional”, evento que tem proporcionado o encontro e o debate de intelectuais, pesquisadores, lideranças sociais e políticas (nacionais e internacionais) interessados na temática do desenvolvimento regional; que com o intuito de constituir-se em centro de excelência de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento regional, o Programa implantou, em 2011, o Observatório do Desenvolvimento Regional – ObservaDR, visando constituir uma rede interinstitucional de reflexão, de pesquisa e de contribuição teórico-metodológica sobre o tema; que, desde 1996, publicamos uma Revista, a Revista do Desenvolvimento Regional (REDES), através da qual nosso Programa proporciona um espaço de socialização de pesquisas, de reflexões teóricas, de debate de ideias que, acreditamos, muito tem contribuído para que nossa área de conhecimento alcance cada vez maior representatividade nos diferentes espaços de discussão sobre desenvolvimento em nosso País.

Desde a sua criação, a Revista REDES (ISSN 1982-6745) é publicada de forma regular e ininterrupta e passou a ter sua editoração em formato eletrônico a partir de 2007, hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT. Seguindo a política de editoração de revistas acadêmicas no país, filiadas à estratégia internacional de fomento do acesso livre ao conhecimento, a Revista REDES disponibiliza seus resumos e textos de forma gratuita e integral para os leitores.

Neste número especial da Revista REDES, que é alusivo aos 20 anos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da UNISC, aproveitamos para publicar artigos que são resultados de pesquisas dos professores e pesquisadores que constituem o corpo docente permanente de nosso Programa. Não queremos que a publicação desses trabalhos seja entendida apenas como um registro das pesquisas que estamos realizando neste momento no PPGDR-UNISC. Mais do que isso, queremos que esses artigos simbolizem nossos compromissos com o ensino, com a pesquisa, com a socialização de conhecimentos em desenvolvimento regional, o caráter interdisciplinar do Programa e, acima de tudo, nosso agradecimento a todos os professores e estudantes que, ao longo desses vinte anos, têm contribuído – através de suas atividades de ensino, de pesquisa, de extensão – com o desenvolvimento do PPDGR-UNISC.

Como é característico de nosso Programa, os artigos expressam diferentes interesses temáticos, diferentes posicionamentos, diferentes abordagens teórico-metodológicas. Mas o conjunto representa uma amostra significativa da pesquisa que os professores do PPGDR-UNISC realizam no presente.

O artigo da professora **Cidonea Machado Deponti** abre o número, analisando atividades de extensão que têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares para o uso de Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) na gestão de suas propriedades. O artigo é resultado de uma pesquisa (“Desenvolvimento Rural e Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs)” que investigou as possibilidades de introdução de TICs na agricultura familiar do Vale do Caí (Rio Grande do Sul). A partir da análise de um projeto piloto realizado no município de Montenegro, a autora conclui que há um *gap* entre o uso e a apropriação das TICs, pois os agricultores participantes do projeto analisado têm acesso a computadores, à Internet, a celulares, a notebooks, mas, no entanto, não têm nem o costume de utilizar essas tecnologias para o registro e o controle contábil em suas propriedades, nem a compreensão da efetiva necessidade das anotações para embasar suas decisões.

Na sequência, o artigo da professora **Cláudia Tirelli** resgata as contribuições da sociologia relacional para a compreensão das ações coletivas e do associativismo no Brasil. A primeira parte do artigo está dedicada à apresentação dos principais conceitos que sustentam a sociologia relacional, demonstrando como essa abordagem sociológica conduz a uma análise das ações dos atores sociais como ações estratégicas e, ao mesmo tempo, condicionadas pela posição que ocupam dentro de um espaço de relações. A segunda parte apresenta os resultados de um *survey* realizado com organizações sociais, que participaram do Programa Rede Parceria Social no Rio Grande do Sul entre 2008 e 2010, evidenciando a heterogeneidade dessas organizações e as distintas apropriações das oportunidades políticas abertas no campo da assistência social a partir da conjuntura crítica dos anos de 1990 no Brasil.

O artigo da professora **Virginia Elisabeta Etges** e de **Eduardo Carissimi** analisa a heterogênea distribuição de imagens de satélite de alta resolução espacial, disponibilizados pelo *Software Google Earth*, no território da Região Sul do Brasil. Embasados na metodologia

proposta por Milton Santos, com ênfase nas categorias de territórios luminosos e territórios opacos, os autores procuram identificar os territórios luminosos e opacos na Região Sul do país.

Os dados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são utilizados pelas professoras **Rosane Bernardete Brochier Kist** e **Sílvia Virgínia Coutinho Areosa** para analisar o perfil demográfico da população idosa dos municípios que integram o COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento) do Vale do Rio Pardo (Rio Grande do Sul). A análise apresentada no artigo, destacando aspectos tais como a situação de domicílio (urbano e rural), a faixa etária e o gênero, considera que o desenvolvimento de um determinado território depende da garantia de que todos os sujeitos tenham condições dignas de vida e, nesse sentido, ressalta a importância de a população idosa da região estudada envelhecer de forma satisfatória, conforme preconizado pela Organização Mundial de Saúde.

O artigo da professora **Grazielle Betina Brandt** ressalta, inicialmente, que a globalização, além de produzir uma maior mobilidade de capital, bens e serviços, promove uma maior mobilidade das pessoas no espaço, resultando disso um maior interesse no quadro dos estudos migratórios recentes pela análise da questão relacionada à apropriação dos espaços pelos migrantes. Assim, considerando que a migração implica em um processo de (des) territorialização, que não é sucessivo e ordenado, o artigo incita algumas reflexões a partir dos olhares e percepções que um grupo de migrantes estabelece em torno da região de origem. Uma pesquisa realizada com o objetivo de investigar as percepções de migrantes provenientes da região da Campanha (no Rio Grande do Sul) e que atualmente estão estabelecidos na região metropolitana de Porto Alegre permite que a professora Grazielle conclua que temáticas como o pertencimento, a identidade e o desenvolvimento regional são frequentemente utilizadas pelos migrantes para (re) definirem suas regiões de origem.

Os professores **Rogério Leandro Lima da Silveira** e **Ângela Cristina Trevisan Felippi**, juntamente com a acadêmica de Psicologia Juliana Dornelles de Souza, observam que o período contemporâneo, diante das pressões da economia globalizada, da aceleração de fluxos diversos (capital, informação, mercadorias, pessoas, ordens, etc.) e da consequente reestruturação espacial, têm colocado para os países o desafio de reafirmação das dinâmicas regionais. Nesse contexto de crescentes e contínuas mudanças econômicas e tecnológicas, que alteram o sentido e a intensidade das relações existentes entre os lugares e as regiões do mundo, a ideia de planejamento se faz necessária e imprescindível ao desenvolvimento dos espaços regionais. Orientados por essa reflexão, os autores abordam, inicialmente, a atualidade da espacialidade regional e os desafios do processo de planejamento regional para, em seguida, resgatarem a experiência do planejamento regional no Rio Grande do Sul, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Ao resgatarem essa experiência, apresentam dados sobre o processo de produção dos planos dos COREDEs e uma proposta metodológica de análise dos planos estratégicos de desenvolvimento regional, elaborados pelos COREDEs no período de 2009/2010.

A situação econômica das famílias fumicultoras no sul do Brasil é o tema do artigo do professor **Silvio Cezar Arend**. Resultado de uma pesquisa realizada junto a mil e duzentas famílias de agricultores que cultivam tabaco na Região Sul do Brasil, a análise apresentada no artigo ressalta aspectos econômicos das famílias investigadas, tais como o endividamento, as atividades produtivas, o autoconsumo, as receitas auferidas. Para o autor, a produção de tabaco está diretamente vinculada à agricultura familiar pesquisada e a análise das demais atividades desenvolvidas pelos produtores tem grande importância para

a definição de alternativas de diversificação da produção agrícola em regiões produtoras de tabaco. Alguns dados adquirem importância na análise apresentada: pouco mais de 60% dos produtores entrevistados têm uma situação declarada como estável, mas apenas 29,3% não têm dívidas; entre os demais, mais da metade tem dívidas de custeio e quase 75% têm dívidas referentes a investimentos na propriedade; a participação do tabaco no rendimento total das propriedades é, em média, de 68,59%.

Qual é a importância da agricultura familiar no contexto atual e quais são as chances para a sua inserção no contexto da globalização são perguntas de partida do artigo da professora **Erica Karnopp**. O artigo, nesse sentido, propõe uma análise sobre o processo de mudança que ocorre nos espaços rurais. Para a professora Erica, a reestruturação da economia mundial, as crises do sistema político internacional, as grandes ameaças ecológicas, assim como o surgimento de novas tecnologias de produção e de comunicação, causam transformações profundas nas sociedades em todo o mundo; este processo histórico, que se materializa em uma nova configuração do sistema mundial sob o controle de poucos, acompanhada da crescente fragmentação da sociedade, não se diferencia no espaço rural.

O professor **Olgário Paulo Vogt** nos lembra que a Revolução Farroupilha é o episódio ocorrido no Rio Grande do Sul sobre o qual mais se tem escrito e discutido, mas que, ainda, o posicionamento dos liberais farroupilhas em relação ao trabalho escravo é um tema polêmico e controverso. O seu artigo, nesse sentido, discute a relação entre liberalismo e escravidão no contexto histórico da Revolução Farroupilha, sustentando que os revolucionários farrapos defenderam um projeto de sociedade efetivamente liberal e escravista, com limitações de acesso a direitos civis e políticos.

Por fim, o artigo do professor **Marco André Cadoná** apresenta uma análise dos posicionamentos políticos da burguesia industrial no Rio Grande do Sul no que se refere a dois temas presentes nas discussões sobre relações de trabalho no Brasil no período entre 2007 e 2010: uma Proposta de Emenda Constitucional prevendo a redução da jornada de trabalho no País para 40 horas semanais e a institucionalização do Salário Mínimo Estadual. No artigo, resultado de uma pesquisa que investigou a importância da FIERGS (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul) na definição da agenda política da burguesia industrial no Rio Grande do Sul durante o segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2007 – 2010), o autor registra a capacidade da burguesia industrial em atuar como força social e coletivamente organizada, indicando, ainda, que os princípios da privatização, da desregulação e da flexibilização legitimaram seus posicionamentos políticos no tocante às relações de trabalho durante aquele período.

Desejamos uma boa leitura para todos e alimentamos a expectativa de que a socialização de nossas pesquisas possa instigar diálogos e profícuas cooperações com outros pesquisadores e com outros Programas de Pós-Graduação.

Virginia Elisabeta Etges e Marco André Cadoná
Editores.